

## Circulação de ideias sobre o ensino secundário brasileiro em periódicos científicos do campo educacional (1956-1961)

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender o ensino secundário brasileiro, entre os anos de 1956 e 1961, a partir da circulação de ideias sobre esse nível de ensino em dois periódicos educacionais científicos: a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), publicação do INEP; e o boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), Educação e Ciências Sociais. Busca-se verificar o diagnóstico e as propostas para esta etapa da escolarização, com base na circulação de ideias para a formação de outra configuração da escola secundária brasileira. Para conhecer essa questão, faz-se uso do aparato teórico dos autores Roger Chartier e Pierre Bourdieu, fundamentado no entendimento de que a circulação de ideias no campo educacional, por meio dos periódicos educacionais, é capaz de movimentar e tecer uma rede de relações e sentidos que produz e legitima determinada configuração pedagógica. O corpus empírico dessa pesquisa é formado por artigos publicados na RBEP e no periódico Educação e Ciências Sociais, além de livros sobre o ensino secundário brasileiro.

**Palavras-chave:** Ensino Secundário. Circulação. Campo. Periódicos Educacionais.

**Fabiana Teixeira da Rosa**

Universidade do Estado de Santa Catarina  
fabirosa11@hotmail.com

## Introdução

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado, em andamento, e tem como objetivo compreender o ensino secundário brasileiro, entre os anos de 1956 e 1961, a partir da circulação de ideias sobre esse nível de ensino em dois periódicos educacionais científicos, a saber: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); e Educação e Ciências Sociais, boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). O ensino secundário brasileiro desse período estava sob as determinações da Lei Orgânica do Ensino Secundário (LOES), aprovada pelo Decreto-Lei nº 4.244/1942, elaborada sob o comando do Ministro da Educação e Saúde do governo de ditadura getulista, Gustavo Capanema. Essa legislação previa um tipo de ensino para a formação de uma pequena classe econômica privilegiada que, consecutivamente, iria se tornar nas elites condutoras do país. A LOES predominou até a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024, em 1961, também era conhecida como Reforma Capanema.

Alvo de diversas críticas, o ensino secundário mesmo não sendo o foco central, passou a ser problematizado, especialmente a partir da tradição escolanovista, defendida pelos pioneiros da educação nova desde a década de 1920 e tonificada nos anos 50 do século XX, sob a liderança de Anísio Teixeira, “porta-voz do grupo dos pioneiros, interlocutor do governo e de organismos internacionais como a Unesco” (XAVIER, 1999, p. 17), provocando iniciativas de modernização em diferentes instâncias institucionais. Anísio Teixeira foi um intelectual de destaque do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>1</sup>, documento que inaugurou no Brasil, em 1932, o projeto de renovação da educação e do ensino, assinado por 26 intelectuais brasileiros de prestígio no período, que popularizou os pressupostos do movimento internacional pela Escola Nova, em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório.

Em 1952, Anísio Teixeira assumiu a direção do INEP, função que exerceu até 1964, e passou a enfatizar a pesquisa social e educacional no país. Com o intuito de realizar

---

<sup>1</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre o conteúdo desse importante Manifesto para a história da educação brasileira, indica-se a obra: XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.

investigações científicas sobre o sistema de ensino do Brasil, dispôs cientistas e educadores em projetos comuns e criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) – localizado no Rio de Janeiro, então capital da República – e seus cinco centros regionais, com sedes em São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Salvador (BA). Por meio do Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, instituiu-se o CBPE e os demais centros regionais, subordinados ao INEP, com o objetivo de reestruturar a educação nacional, a partir de um caráter científico e técnico e de uma perspectiva descentralizadora da pesquisa educacional – inédita no Brasil<sup>2</sup>. A criação dos centros de investigação científica, sobre o sistema brasileiro de ensino, estava também em parceria com instituições internacionais, particularmente, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

Com sede central em Paris, a UNESCO surgiu, após a Segunda Guerra Mundial, para ajudar, inicialmente, na reconstrução de escolas e bibliotecas ao redor do mundo que foram arrasadas. Membro de um amplo sistema de organizações internacionais, a UNESCO passou a assessorar os países nas discussões acerca das políticas de reformas educacionais, sendo que no Brasil, firmou convênio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) para organizar os sistemas de ensino dos Estados por meio de conferências e assistências técnica e financeira. Entre 1946 e 1962 foi realizado um conjunto de Conferências Internacionais de Instrução Pública que divulgavam as recomendações da UNESCO para a educação mundial, com o propósito de elaborar orientações de interesses comuns aos países participantes. Dentre as recomendações, a preocupação maior era com “a universalização da educação primária, obrigatória e gratuita, com a diversificação da educação secundária e sua progressiva gratuidade, bem como em sua articulação com o ensino primário e, ainda, na necessidade de facilitar o acesso ao ensino superior.” (DAROS, 2012, p. 187).

O período de análise se justifica, deste modo, pelo fato de o CBEP e seus polos regionais se estabelecerem em 1956; e em 20 de dezembro de 1961, a data em que a LDBEN nº 4.024 foi sancionada. A LDBEN aproximou os ensinos primário e secundário e

---

<sup>2</sup> Conforme Lugli (2002, p. 21), “[...] o próprio Anísio Teixeira pronunciou-se, anos mais tarde, dizendo do ineditismo da idéia de pesquisa educacional como estas instituições a propunham”.

equiparou, esse último, com os cursos técnico-profissionalizantes e o normal, criando então, o ensino médio. A elaboração da primeira LDBEN provocou discussões e tensões intensas por cerca de 13 anos e envolvia, também, propostas para outra configuração à escola secundária que foram defendidas pelos intelectuais escolanovistas e que reverberaram em diversos fóruns nos periódicos educacionais brasileiros, com relevância aos estudados nesta pesquisa.

Neste sentido, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) foi criada em 1944, como meio de divulgar as investigações educativas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o pensamento pedagógico nacional e internacional e os estudos sobre a organização do ensino nos Estados brasileiros. Com a proposta de auxiliar na formação de uma mentalidade pública educacional mais esclarecida, crítica e transformadora, a revista nasce para colaborar com professores e para expor e debater outra configuração de educação brasileira. Surgiu por iniciativa do então ministro da educação, Gustavo Capanema, no final do período caracterizado no país como Estado Novo, sendo até os dias de hoje editada e pela mesma Instituição. O INEP nasceu em 1937, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, com a função de “centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde” (BRASIL, 1938), e se configurou como fonte de investigação e de assistência técnica.

O boletim do CBPE, Educação e Ciências Sociais, resultou do entendimento dos coordenadores e pesquisadores do centro nacional, que acreditavam na divulgação periódica das atividades das pesquisas para “esclarecer os fatos educacionais em suas múltiplas relações com outros fatos sociais, econômicos, culturais e políticos” (EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 1956, p. 3). O objetivo era divulgar os resultados das pesquisas em desenvolvimento pelo CBPE, na área das ciências sociais e da educação. O primeiro número foi publicado logo após a instituição dos Centros de Pesquisas, em março de 1956, e apresentou “as razões históricas e técnicas e os problemas que levaram à instituição do C.B.P.E, como principal setor do I.N.E.P., além de expor seu plano de ação e relatar as atividades já iniciadas.” (EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 1956, p. 3).

Dessa maneira, este estudo se propõe a investigar o seu objeto apoiado no aparato teórico dos autores Roger Chartier e Pierre Bourdieu, entendendo que a circulação das ideias pelo campo educacional, via objetos culturais (por exemplo, as revistas), movimenta e tece uma rede de relações e sentidos que produz e legitima determinada configuração pedagógica. Bourdieu (2007) explica que utiliza o termo campo para definir um espaço social de disputas entre indivíduos ou instituições pelo poder e pela dominação de um mesmo bem produzido no seu interior. Constituído por regras, o campo está em constante movimento de relações, buscando o controle e a distinção entre os grupos sociais.

A circulação de ideias por meio das revistas científicas aqui analisadas teve como objetivo, também, legitimar o subcampo do ensino secundário no final dos anos de 1950 e começo da década de 1960, uma vez que elas divulgam e atingem amplamente esse espaço social, permitindo o uso e a apropriação deste objeto cultural, de forma peculiar pelos educadores. Para Chartier (1988), a apropriação é compreendida como o uso diferenciado e criativo dos bens culturais capaz de produzir sentidos singulares, variáveis no tempo e no lugar, a partir de competências específicas, identificadas nas disposições e nas posições ocupadas no espaço social.

O *corpus* empírico do presente trabalho é formado por artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) e no periódico Educação e Ciências Sociais, compreendendo que os periódicos educacionais são “portadores e produtores de significações” (BASTOS, 2002, p. 151), e que ao longo do seu discurso produzem e fazem circular ideias que legitimam e privilegiam algumas em detrimento de outras, além de livros sobre o ensino secundário brasileiro. A leitura do *corpus* é feita, considerando que todo “o documento é monumento” (LE GOFF, 2003, p. 538), pois é necessário desestruturar o documento para evidenciar quais as circunstâncias de produção na sociedade, no tempo, na história dos documentos-monumentos, rompendo com a sua interpretação duradoura. Realizar a desmontagem do documento-monumento é compartilhar da ideia que o documento é construído a partir das relações de forças e, portanto, é um instrumento de poder.

Percebido como um nó no sistema educacional brasileiro, o ensino secundário foi alvo de controvérsias que se desdobraram, particularmente, entre meados da década de 1950 e a aprovação da LDBEN de 1961, envolvendo a estrutura física e os equipamentos das escolas, a falta de equipe pedagógica e a problematização do currículo tradicional. Neste sentido, o estudo se baseou em oito artigos publicados na RBEP, de seis autores distintos, e em mais cinco artigos do boletim Educação e Ciências Sociais, sendo que em apenas um artigo aparece indicado o autor. Todos os artigos analisados foram publicados entre 1956 e 1961 e se buscou compreender no item seguinte a circulação de ideias sobre o ensino secundário brasileiro, nesses dois periódicos educacionais científicos, verificando o diagnóstico e as propostas dos autores para a formação de outra configuração da escola secundária brasileira.

### Diagnóstico e propostas: em busca da formação de outra configuração do ensino secundário brasileiro

Os anos de 1950 e 1960 foram caracterizados pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista dos governantes do período, que enfatizavam a industrialização do país e o desenvolvimento econômico, com a abertura do mercado brasileiro para a instalação de multinacionais (indústrias automobilísticas e de produção de bens de consumo duráveis), objetivando elevar o nível de vida da população e conceder um futuro melhor à nação (CUNHA, 1991). Esse período apresentava, também, a busca por um ensino secundário, de acordo com Cunha (1991), capaz de viabilizar alternativas, além do automático ingresso na universidade. Essa modernização da sociedade brasileira, que elevou a demanda das classes médias e populares em busca do ensino secundário e o consequente alargamento do número de escolas públicas, fez essa etapa da escolarização passar por um surto expansionista que o tornou alvo de diversas críticas pelos intelectuais da educação à época.

Os intelectuais criticavam, principalmente, o aumento desordenado das matrículas, pois colocava em risco a qualidade do ensino, consolidada por “um imaginário de excelência escolar cultivado nos ginásios e colégios, especialmente nos estabelecimentos públicos” e conquistada durante as reformas dos ministros da

educação Francisco Campos<sup>3</sup> e Gustavo Capanema (SOUZA, 2008, p. 186). Portanto, buscavam-se mudanças curriculares que fossem adequadas à nova concepção de ensino secundário e que os conduzissem para uma educação moderna, ativa e mais popular. Para tanto, conforme anuncia Cunha (1991), o ensino secundário deveria fundamentar-se no uso do raciocínio e das técnicas científicas, segundo os instrumentos teóricos e de investigação empírica, principalmente das ciências sociais.

Desse modo, tanto os autores da RBEP quanto os autores do boletim Educação e Ciências Sociais, percebiam, nesse cenário de modernização da sociedade brasileira, um ensino secundário que ainda tinha como modelo o tradicional, de preparação aos estudos do ensino superior, sem levar em conta as aptidões, as possibilidades e as limitações dos alunos e as projeções sociais que estavam ocorrendo no período em estudo. Observavam, também, que esse ensino necessitava de novas direções para os objetivos e para os métodos de ensino, devido às mudanças sociais pelas quais passavam o país.

Os artigos do professor paulista Alberto Rovai, técnico em educação do Departamento de Educação do MEC, publicados na RBEP, indicavam que havia, na escola secundária, uma grande distância da vida real dos alunos, que não permitiam o cumprimento do seu papel de um ensino “formativo e humanístico, visando ao desenvolvimento harmônico da personalidade, nos seus aspectos intelectuais, moral e físico” (ROVAI, 1958, p. 132). Rovai (1957) destaca, também, que a escola secundária brasileira estava distante dos alunos pela falta de conhecimento dos professores sobre os adolescentes e seus problemas de formação social, sendo que a relação era limitada aos encontros rápidos e rotineiros em sala de aula. Denominado, por esse autor, como “matança de inocentes”, outra característica que acentua tal situação é a expansão demasiada dos ginásios e colégios em menos de vinte anos, que popularizou o ensino secundário e o desvinculou de uma classe social específica, o que, no entanto, destituiu o

---

<sup>3</sup> Com a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos foi o primeiro ocupante desse ministério e estabeleceu, no ano seguinte, uma reforma na educação que levou o seu nome. Dentre as medidas dessa reforma, teve destaque a reorganização do ensino secundário, com a ampliação para sete anos e a divisão em dois ciclos, procurando adequá-lo à modernização nacional. De um modo geral, era dirigido para as elites que podiam se dar ao “luxo” de ter estudos longos e teóricos (SOUZA, 2008).

seu nível de excelência no ensino e agravou os problemas de organização (estrutura física, instalação de bibliotecas e laboratórios, seleção de professores).

Gildásio Amado, professor sergipano e diretor do ensino secundário do MEC, foi outro autor da RBEP que tratou sobre o crescimento da educação secundária às classes médias e populares e o seu ajuste às diversas competências individuais e às novas exigências que emergiram com a vida moderna. Dizia ele que, “a escola secundária preparatória de uma elite, base dos estudos universitários, deu lugar a uma instituição maior e mais rica destinada a preparar para viver, para agir e para compreender os complexos problemas de uma nova civilização”, no entanto, “frustrou-se, em sua quase totalidade, em consequência da rigidez de estrutura, da uniformidade e da complexidade de seu currículo”, determinado basicamente pela Lei Orgânica do Ensino Secundário (LOES). (AMADO, 1958, p. 156).

Igualmente pode-se verificar nas palavras proferidas na aula inaugural do Colégio Pedro II, em 1959, pelo professor mineiro Abgar Renault, membro da Comissão Internacional do *Curriculum* Secundário da UNESCO, que foram publicadas, também, na RBEP. O autor cita que o ensino secundário nutria-se de novas ideias que estavam alterando e isentando a sua “função espúria de ponte ou pinguela para atingir um curso superior qualquer” (RENAULT, 1959, p. 4). Pois, o ensino de grau médio perdia o seu caráter seletivo com a lei das equivalências, que elevou e enfatizou a oferta de diversos tipos de ensino, além da pedagogia que estava se preocupando também com esse nível de ensino e requerendo dos professores uma formação mais técnica e metodológica.

Por meio da divulgação de campanhas, de eventos para debates, dos projetos e pesquisas em desenvolvimento, dos estudos sobre a realidade social e a situação educacional do país, os autores do boletim do CBPE, Educação e Ciências Sociais, publicavam os seus pensamentos acerca das possíveis mudanças e as discussões que os envolviam, buscando contribuir com outra política educacional para o ensino secundário. A criação da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), anunciada por Anísio Teixeira no discurso de posse no INEP, foi um dos temas apresentados no primeiro número do boletim. Essa campanha intencionava revelar aos educadores, a partir de um amplo inquérito “o conjunto de fatos e práticas educacionais



existentes em suas escolas, o fundo social em que se apoiam e as tendências de desenvolvimento que aí se apresentam, para lhes indicar os possíveis rumos de uma redireção ou reconstrução desejáveis” (OS ESTUDOS..., 1956, p. 20). Absorvidas posteriormente pelo CBPE, as atividades desenvolvidas pela CILEME, assim como por outras iniciativas, configuraram antecipações das atividades do CBPE, que surgiu como uma espécie de “coroamento” delas todas, acentuando o seu significado *sui generis* na vida educacional do país.

Outro evento previsto e divulgado no periódico Educação e Ciências Sociais, foi um simpósio sugerido por cientistas sociais de São Paulo, que seria organizado pelos Centros de Pesquisas, nacional e regionais. Publicado como um anteprojeto do simpósio, o texto informava a justificativa, os objetivos, as funções, os temas e as questões que deveriam ser analisadas e discutidas no referido evento, incluindo as questões sobre o ensino secundário. O tema central envolvia uma análise profunda das mudanças sociais ocorridas no Brasil e o papel das instituições educacionais no desempenho dessas mudanças, tema em conformidade com algumas das diretrizes aprovadas no plano de organização do CBPE:

Entre as diretrizes aprovadas para atingir tais fins, figuram as que dizem respeito à análise do processo de desenvolvimento que vem afetando a sociedade brasileira e as que dizem respeito ao estudo da escola como fator de progresso, de reajustamento ou de influência nesse desenvolvimento. (A SITUAÇÃO..., 1957, p. 301)

O simpósio pretendia, por meio do conhecimento da realidade social e do sistema educacional existente, apurar os estudos e as pesquisas prioritárias a serem desenvolvidas pelo CBPE e os centros regionais que poderiam contribuir com a formulação de recomendações à política educacional do país. Para os organizadores do simpósio, esse debate proporcionaria a avaliação do grau de colaboração da educação “para orientar e dirigir, se é que tal lhe é possível, o processo de desenvolvimento e mudança” desejada para a sociedade brasileira (A SITUAÇÃO..., 1957, p. 301), uma vez que a expansão em demasia do ensino secundário, popularizando-o e diversificando-o era considerada, pelos autores de ambas as revistas, como um agravamento dos problemas

de organização, depreciando, assim, o nível de excelência conquistado pelo imaginário de uma pequena classe elitizada.

Outro autor que contribuiu para problematizar o ensino secundário foi o professor catarinense João Roberto Moreira. Ele discutiu, no seu artigo publicado na RBEP, a disputa da iniciativa privada em continuar mantendo o ensino secundário. Moreira (1959), dizia que desde a década dos anos de 1930, principalmente na área urbana das cidades, havia um crescimento da pressão popular pela oportunidade de educação para todo o povo brasileiro. No entanto, a iniciativa privada vinha se dedicando ao ensino secundário, devido à garantia de matrícula pela classe média que emergia. Sendo que dessa mesma classe média saíam os professores desse nível de ensino que, inicialmente, satisfaziam-se com o salário modesto e o *status* social da profissão docente. Mais tarde, com a pressão das camadas mais populares por uma educação para todos, sucedeu-se a expansão da escola pública de nível médio e na progressiva concorrência entre escola pública e gratuita e a escola particular e confessional.

O autor Jayme Abreu, médico e educador baiano, protagonista dos estudos sobre o ensino secundário à época, teve destaque tanto na RBEP quanto no boletim do CBPE, Educação e Ciências Sociais. Ele também discutiu a campanha desencadeada à época por grupos conservadores contra o “monopólio estatal da educação” e a ascensão das massas populares. Atitudes de afronta desses grupos ao diretor do INEP, Anísio Teixeira, eram constantes, porque ele se mostrava defensor maior “da escola pública gratuita, obrigatória e universal, singelo instrumento fundamental do estado democrático-republicano” (ABREU, 1958, p. 57). Os conservadores, apoiados pela Igreja Católica que dominavam uma rede de escolas confessionais, lutavam pela manutenção das escolas privadas pelos cofres públicos, argumentando que só deveriam ser instaladas escolas públicas onde não existisse escola privada e que os docentes das escolas particulares tinham a confiança das famílias, insinuando até que os professores públicos seriam inimigos das famílias.

Nesse embate entre a escola pública e a escola privada, tramitava, também, as discussões acerca do projeto de lei de diretrizes e bases e o “súbito substitutivo Lacerda”, que alterava, consideravelmente, o projeto original da LDB. Esse substitutivo,

produzido em 1958 e de autoria do então deputado Carlos Lacerda, tinha por objetivo romper com os incentivos públicos à educação e garantir a continuidade do financiamento do governo às escolas particulares. Conforme informa Ghiraldelli Junior (2009, p. 91), “o ‘substitutivo Lacerda’ baseava-se nas teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em 1948, e trazia para dentro da legislação os interesses dos proprietários do ensino privado”. As discussões sobre escola pública e escola privada extrapolaram as instituições governamentais e conforme ainda informa Ghiraldelli Junior (2009, p. 92), vários setores da sociedade se manifestaram diante do “substitutivo Lacerda”, indicando que a “aprovação de uma peça excessivamente privatista seria uma ameaça à escola pública, escola esta que vários grupos, independentemente de filiação ideológica, viam como um patrimônio necessário para as demandas sociais do país na época”.

Também foi destaque nos debates dos autores, o lugar que o ensino secundário deveria ser de preparação para a vida, para o agir e para a compreensão dos complexos problemas que surgiam com o processo de modernização da sociedade, porém, estava fracassando em virtude da rigidez, da uniformidade e da inflexibilidade que a legislação vigente determinava ao currículo e aos programas de ensino, permanecendo com um ensino arcaico, obsoleto e restrito a uma pequena parcela da população brasileira economicamente favorecida. Havia, portanto, uma crise na estrutura do ensino de nível médio, acarretada conjuntamente pela falta de inovação das práticas pedagógicas que não refletiam os interesses e necessidades dos alunos, de acordo com as mudanças que vinham ocorrendo socialmente e culturalmente no país, com uma estrutura social em projeção. Jayme Abreu (1961) também atribuía à crise estrutural, a centralização pedagógica que o Ministério da Educação exercia, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, decretando um só modelo de ensino secundário para todo o país e levando-o a um conservadorismo anacrônico e a insistência do seu papel de preparação das elites condutoras e de caminho para os estudos superiores.

Jayme Abreu (1960) discutiu, ainda, os novos rumos que o ensino secundário deveria seguir e a necessidade de autocrítica em virtude, principalmente, da imposição do latim na Reforma Capanema, como valor cultural imperioso. O autor considerava essa

situação como arbitrária, pois os ideais filosóficos e estéticos do curso não correspondiam mais com a sociedade da época que se modernizava em função, também, das revoluções industrial e tecnológica. Além disso, Abreu (1960, p. 86) dizia que a valorização do latim e das letras clássicas em geral, como saberes absolutos e insubstituíveis, “constitui resíduo de uma posição aristocrática, estabelecida historicamente à revelia da burguesia e do proletariado, recém-emergentes na estrutura social”. A população discente secundária à época, a “massa” na sua maioria, segundo Abreu (1960), não chegava com disponibilidade para a imposição dos valores culturais estabelecidos pela elite intelectual aristocrática, porque já vinha com uma cultura própria e não apresentava motivação pelo estudo por não estar próximo das suas experiências de vida. Assim, a continuidade do latim na escola secundária como estudo obrigatório demonstrava pouca clareza dos seus defensores, segundo o autor do texto em análise, sobre o papel da escola secundária na sociedade contemporânea, voltada para a ciência, a industrialização e o humanismo moderno, era considerada uma “marca iniludível de parada no tempo” (ABREU, 1960, p. 88).

Além da ênfase nas legislações vigentes ao ensino secundário, principalmente pela lei de diretrizes e bases que estava em “vésperas” de aprovação, a LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, foi notório nas publicações do boletim do CBPE, as discussões acerca das classes experimentais secundárias, uma tentativa de modernizar a educação secundária, que atingiria uma parcela muito pequena das escolas desta etapa de escolarização. O texto que tratou dessa experiência, dissertou sobre o acompanhamento pela Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), do CBPE, das primeiras atividades aplicadas nos 27 estabelecimentos de ensino, públicos e privados, que vivenciaram a experiência e que foram, inicialmente, autorizados a funcionar como classes experimentais.

Diz no texto que Jayme Abreu, então coordenador da DEPE, e o educador Geraldo Bastos Silva, elaboraram um projeto de observação e que estiveram analisando todas as Classes Experimentais Secundárias, localizadas nos seguintes Estados: 10 em São Paulo; 9 no Distrito Federal; 5 no Rio Grande do Sul; e uma Classe Experimental em cada um dos

Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. Assim, projeto de observação de Jayme Abreu e Geraldo Bastos Silva pretendia:

No ponto em que as 'classes experimentais' se encontram, isto é, no primeiro ano de seu funcionamento, seu estudo não deve nem pode ter como objetivo principal a avaliação de seus resultados. Trata-se, precipuamente, de tomá-las como índices ou sintomas do estado atual do ensino secundário brasileiro, neste sentido de que o acolhimento, pelos colégios, da possibilidade de experimentação – libertos para êsse fim dos padrões rígidos vigentes, - bem assim as diretrizes gerais a que obedecem os esforços de atualização dessa possibilidade, indicam o grau em que havia no ensino secundário desejo real e suficientemente lúcido de obter melhor ajustamento entre o trabalho das escolas e as necessidades e funções a que elas devem dar satisfação. (CLASSES..., 1959, p. 125).

Neste sentido, os autores do projeto buscavam, por meio de entrevistas, da aplicação de questionários, do estudo crítico dos planos e da observação pessoal, verificarem o grau de reação das escolas, diante da possibilidade de inovarem os seus currículos e as didáticas; medirem a subordinação das atividades de inovação aos princípios pedagógicos recomendados; cotejarem as críticas a esses princípios considerados válidos; caracterizarem a organização escolar, curricular e didática adotada nas experiências; e compararem os custos das classes experimentais com os das classes comuns de nível secundário. Além disso, estava prevista a divulgação de um relatório final com todos esses itens e mais os tópicos sobre as reformas para o ensino secundário de Rocha Vaz, Francisco Campos e Gustavo Capanema; sobre as *classes nouvelles* da França, as escolas secundárias norte-americanas e inglesas; e as legislações de autorização para o funcionamento das classes secundárias experimentais no Brasil e as suas diretrizes educacionais. (CLASSES..., 1959).

Sendo assim, os debates evidenciados nos textos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e no periódico Educação e Ciências Sociais, giraram em torno dos problemas do ensino secundário brasileiro, abordando diferentes aspectos que foram agravados, principalmente, pela expansão desordenada desse nível de ensino e pelo currículo engessado ao longo das legislações educacionais vigentes no país, em especial, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, decretada na Reforma Capanema. Considerado como o

problema-chave da educação brasileira, foi possível intuir que houve um empenho dos intelectuais brasileiros em modernizar a educação secundária, tanto nos seus objetivos quanto nos seus métodos, devido às grandes mudanças sociais que estavam ocorrendo no país.

Por meio da circulação de ideias, buscava-se o papel do ensino secundário no desempenho dessas mudanças, a partir do lançamento de campanhas, por exemplo, a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME); a promoção de simpósio pelo CBPE; o desenvolvimento de projetos que contemplavam o ensino secundário, como as Classes Experimentais Secundárias, demonstrando o interesse dos estudiosos do período, também por esta etapa escolar. O surgimento do CBPE foi um meio viável de fortalecer essas atividades e a publicação do seu boletim, Educação e Ciências Sociais, o espaço de circulação com maior agilidade dos acontecimentos educacionais do país, para contribuir com a formação de outra configuração educacional, uma vez que o CBPE tinha autonomia administrativa e financeira, diferentemente do INEP que era considerado muito burocratizado.

### Considerações finais

O trabalho em tela intencionou compreender a circulação de ideias sobre o ensino secundário, entre os anos de 1956 e 1961, e divulgados nos periódicos: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, principal publicação do INEP; e o boletim do CBPE, Educação e Ciências Sociais. Com destaque para as discussões apontadas pelo autor Jayme Abreu, o estudo focou os artigos em que circularam as considerações, observações e reflexões acerca do diagnóstico e das propostas ao ensino secundário brasileiro, em virtude dos problemas e impasses sociais que vivenciava à época em razão, principalmente, da Reforma Capanema, decretada em 1942, que o caracterizava como enciclopédico, humanístico e destinado às elites condutoras do país.

Amparado pelo aparato teórico dos autores Roger Chartier e Pierre Bourdieu, esse estudo embrenhou o campo educacional do final dos anos de 1950 e começo de 1960, para compreender a circulação de ideias sobre o ensino secundário que buscavam formar

uma configuração de modernização do ensino secundário. O trabalho examinou, desse modo, por meio de análise documental, a circulação de temáticas voltadas para o ensino secundário que foram debatidas em artigos de revistas, que se consolidaram no país como científicas e especializadas em assuntos educacionais. Essas revistas buscavam, comumente, formar educadores brasileiros mais problematizadores, críticos e transformadores, com relação, basicamente, às legislações vigentes no período investigado.

A RBEP, com o objetivo de colaborar e debater sobre temas educacionais que circulavam no país, a partir da divulgação do desenvolvimento de suas pesquisas, apresentou aos seus leitores, que os problemas do ensino secundário, no final dos anos de 1950 e começo da década de 1960, foram agravados com a expansão do ensino secundário às classes médias e populares, com o crescente número de escolas públicas e com o desordenado número de matrículas. Protagonista do INEP e igualmente da RBEP, Anísio Teixeira e os demais autores dessa revista viam o ensino secundário brasileiro ainda como tradicional, de preparação aos estudos superiores, rígido e inflexível. Para esses autores, o ensino secundário deveria estar voltado para a preparação à vida, com alunos ativos e criativos no processo emergente de modernização da sociedade, que considerasse as aptidões, as possibilidades e as limitações dos alunos, diante das projeções sociais que estavam ocorrendo no país.

Já o boletim do CBPE, Educação e Ciências Sociais, era o principal meio de divulgação das pesquisas, ações técnicas e propostas à educação brasileira do CBPE, para formar uma “consciência educacional comum” nos educadores, assim como a RBPE. Com relação às observações dos autores dessa publicação, foi possível perceber que a preocupação estava em torno do papel do ensino secundário diante das rápidas transformações sociais e sua amarração com as legislações vigentes, consideradas “arcaicas” que o distanciavam das necessidades que os jovens sentiam para acompanhar essas transformações. Além disso, o ensino secundário era impedido de desenvolver um ensino mais prático, ativo e criativo, princípios esses de viés escolanovista, encontrados na proposta das Classes Experimentais Secundárias, autorizadas a funcionar a partir de

1959, que externavam autonomia no processo pedagógico, aplicando métodos e currículos experimentais.

Observa-se, assim, que os órgãos de referência educacional do governo federal viam, nos seus periódicos científicos, o meio de fazer circular as suas pesquisas e ações para assessorar e formar educadores mais conscientes da sua função. De um modo geral, a expansão do ensino secundário às camadas menos favorecidas economicamente foi considerada, pelos autores dessas revistas científicas, como um agravante dos problemas do ensino secundário, pois o ensino ainda era tradicional, rígido, inflexível e de preparação para o ensino superior. Os autores demonstravam preocupação com o papel do ensino secundário na vida dos novos jovens brasileiros, que o procuravam para ascender socialmente e elevar os seus padrões de vida. O ensino deveria ser, portanto, voltado para a vida prática, ativo e criativo, considerando as aptidões, possibilidades e limitações dos alunos.

## Referências

A SITUAÇÃO Brasileira e a Educação. **Educação e Ciências Sociais**. Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro: v. 2, n. 4, p. 300-313, mar. 1957.

ABREU, Jayme. A luta contra a escola pública brasileira. **Educação e Ciências Sociais**. Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro: v. 3, n. 9, p. 57-63, dez. 1958.

\_\_\_\_\_. Tendências antagônicas do ensino secundário brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 78, p. 3-18, abr. / jun. 1960.

\_\_\_\_\_. Ensino médio em geral e ensino secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 7-24, jan. / mar. 1961.

AMADO, Gildásio. Tendências da educação secundária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 69, p. 155-162, jan. / mar. 1958.



BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: A imprensa e a História da Educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.) **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002. p.151-174. (Coleção Memória da Educação).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 jan. 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa [Portugal]: Difel, 1988. (Coleção Memória e Sociedade).

CLASSES Experimentais Secundárias. **Educação e Ciências Sociais**. Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro: v. 5, n. 11, p. 124-126, ago. 1959.

CUNHA, Marcus Vinícius da. A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 72, n. 171, p. 175-195, maio / ago. 1991. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/435/440>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

DAROS, Maria das Dores. Desenvolvimentismo e políticas educativas no Brasil nos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. In: GIL, Natália; CRUZ E ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 185-204.

EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS. **Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, mar. 1956.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LUGLI, Rosario S. Genta. **O Trabalho Docente no Brasil: o discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971)**. 2002.

219 p.: Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Doutorado em Educação. São Paulo, 2002.

MOREIRA, João Roberto. A batalha da educação se trava no ensino médio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 76, p. 264-266, out. / dez. 1959.

OS ESTUDOS e as Pesquisas Educacionais no Ministério da Educação e Cultura. **Educação e Ciências Sociais**. Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 5-60, mar. 1956.

RENAULT, Abgar. A escola secundária de ontem e a escola secundária de ontem. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, p. 3-13, jul. / set. 1959.

ROVAI, Alberto. O ensino secundário no Brasil está longe de desempenhar a sua verdadeira missão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 66, p. 224-228, abr. / jun. 1957.

\_\_\_\_\_. Em nossa escola secundária, a escola, e não o aluno, é o centro da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 70, p. 132-136, abr. / jun. 1958.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como Laboratório** – Educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de pesquisas educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-960). Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

\_\_\_\_\_. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.